



AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL
Pregão Eletrônico nº 18/2011 Processo nº 83/2011

OBJETO: Aquisição dos itens necessários para atendimento do PSE-PISO ALTA COMPLEXIDADE- ABRIGO (LOTES 01 AO 30).

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 13/12/2011, às 08h00min

LIMITE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 23/12/2011, às 08h00min

ABERTURA DE PROPOSTAS: 23/12/2011, às 09h00min

SESSÃO DE DISPUTA: 23/12/2011, às 14h00min

Obs. Ao final da sessão de disputa as empresas classificadas deverão, obrigatoriamente, anexar em campo próprio do sistema sua Proposta Final e Planilha de Custos, sob pena de desclassificação, em caso de descumprimento.

LOCAL: Município de Lavras do Sul no seguinte endereço eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br para anexar proposta financeira e participar da sessão de lances.

No site www.lavrasdosul.rs.gov.br para conhecer a íntegra do Edital e seus anexos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 01 (um) ano

TEMPO PARA INTENÇÃO DE RECURSO: 10 (DEZ) MINUTOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: A condição expressa no edital.

Lavras do sul, 07 de outubro de 2011.

Maria de Lourdes Teixeira Gonçalves
mltgon@hotmail.com
Pregoeira Oficial
Portaria 004/2010

**PROCESSO 83/2011 PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2011.
Aquisição dos itens necessários para atendimento do PSE-PISO
ALTA COMPLEXIDADE- ABRIGO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade de Pregão (eletrônico), nos termos da **Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e do Decreto Municipal nº 4960 de 07 DE Outubro de 2008** com aplicação subsidiária da **Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores**, **Aquisição dos itens necessários para atendimento do PSE-PISO ALTA COMPLEXIDADE-ABRIGO, conforme especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I), o qual passa a ser parte integrante do presente Edital, devendo ser observadas as seguintes disposições:**

Anexo I – Termo de Referência e que se processará na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com o critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

1. OBJETO:

1.1 – O objeto da presente licitação é a seleção de propostas visando Aquisição dos itens necessários para atendimento do PSE-PISO ALTA COMPLEXIDADE-ABRIGO, os quais poderão ser contratados pela Administração.

1.2 - Os produtos a serem adquiridos constam no ANEXO I deste edital, que faz parte integrante do mesmo.

1.3 – As quantidades constantes no ANEXO I deste edital, serão fornecidas pela(s) licitantes(s) vencedora(s), mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto neste edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município, mediante contrato de fornecimento.

2 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1 – A validade das propostas apresentadas será de 01 (um) ano, contados a partir da sua apresentação, preservando-se o direito da Administração de chamar as empresas classificadas, a qualquer tempo para a assinatura do contrato para fornecimento.

3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.2 – Os recursos orçamentários para fazer frente as despesas da presente licitação serão

0166 – 2.032 – 08.243.0204 – 3.3.90.30.00.00.00.0001

0167 – 2.032 – 08.243.0204 – 3.3.90.30.00.00.00.00.1032

4. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que estiverem cadastradas e habilitadas junto à Seção de Cadastro da CECOM - Central de COMPRAS do Estado do Rio Grande do Sul e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste edital.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dos Licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Compras do Estado do Rio Grande do Sul – CECOM, de acordo com a *Instrução Normativa n.º 002/2004* daquele órgão.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema (CELIC) implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Lavras do Sul, à CECOM, à PROCERGS ou ao BANRISUL responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CECOM e ao Setor de Compras e Licitações do Município, para imediato bloqueio de acesso.

6. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

6.1 A licitante vencedora deverá apresentar, **obrigatoriamente**, os seguintes documentos:
HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1. Registro comercial no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documento comprobatório da diretoria em exercício, e, ainda, decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2. Declaração formal, conforme Anexo II de que não é declarada inidônea para contratar com a administração municipal de Lavras do Sul.

6.1.3. Declaração formal, conforme Anexo III de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de 18 dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei nº 8666/93 e art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, assinada por representante legal da licitante ou por procurador / credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento.

6.1.4. Cópia de Declaração de enquadramento ou Certidão Simplificada em micro empresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, autenticada e emitida pela Junta Comercial, caso se tratar de ME ou EPP.

REGULARIDADE FISCAL

6.1.5. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da Lei, **dentro de seu prazo de validade. A prova de regularidade fiscal deverá abranger todos os tributos** e será efetuada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa quanto aos tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da licitante, **dentro do prazo de validade;**

b) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria e/ou Delegacia da Fazenda Estadual, **dentro do prazo de validade;**

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.6. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro de seu prazo de validade.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, o autor da melhor proposta deverá encaminhar, no prazo máximo de 05 (dois) dias úteis a contar da sessão de disputa do Pregão, os documentos relacionados no item cinco supracitado.

7.2. Os documentos solicitados deverão ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Administração Municipal, publicação em órgão da Imprensa Oficial ou com original para que se proceda à autenticação.

8. PROPOSTA

8.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras a sua proposta e lances.

8.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. A **Proposta de Preço** deverá consignar expressamente, os **valores unitários e totais** dos bens, em moeda nacional. Nos preços deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço do bem.

8.4. O **valor total** do lote será considerado para a fase de lances.

8.5. Cronograma com o prazo de entrega dos bens, se houver.

8.6. A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.7. As propostas deverão atender integralmente o **Termo de Referência** (Anexo I) deste Edital.

8.8. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos **preços totais** ofertados até, no máximo, **duas casas decimais** após a vírgula.

8.9. Prazo de entrega conforme o especificado no Termo de Referência.

8.10. Não serão aceitos preços totais com mais de dois dígitos após a vírgula, sendo a proposta desclassificada quanto ao respectivo item.

8.11. A proposta final, com os valores aceitos pelo pregoeiro, deverão obrigatoriamente serem anexos, ao final da sessão de disputa, em campo próprio do sistema e no campo "Planilha de Custos", também no sistema Banrisul.

9. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

9.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, com a divulgação das propostas de preço recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com o **Termo de Referência - Anexo I**, deste Edital.

9.2. Incumbirá aos Licitantes o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e a responsabilidade pelos ônus decorrentes da perda de negócios pela inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.

9.3. Os Licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

9.4 Será considerada aceitável a proposta que:

a) atenda a todos os termos deste Edital;

b) contenha preço compatível com os praticados no mercado.

Parágrafo Único. Constatada a existência de proposta(s) inexecutável (eis) o Pregoeiro excluirá o Licitante da etapa de lances.

9.5. Aberta à etapa competitiva, os Licitantes poderão encaminhar lance exclusivamente por meio do provedor eletrônico.

9.6. Os Licitantes poderão, durante o horário fixado para recebimento de lances, oferecerem lances sucessivos, com valores inferiores ao último lance registrado no sistema.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo o lance recebido e registrado em primeiro lugar pelo provedor.

9.8. Durante a sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais Licitantes, sendo vedada à identificação do detentor do lance, conforme item 9.3 supracitado.

9.9. A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de **até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Parágrafo Único. A sessão pública do Pregão só estará concluída após declarados os vencedores do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos Licitantes manterem-se conectados ao sistema até o final desta etapa.

9.10. O pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado o menor lance, para que seja obtido preço melhor e assim decidir sobre sua aceitação.

9.11. Em havendo desconexão entre o Pregoeiro e os demais Licitantes por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

9.12. Quando houver desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema permanecer acessível aos Licitantes para recepção dos lances, quando possível à retomada do certame pelo Pregoeiro os atos até então praticados serão considerados válidos.

9.13. O Pregoeiro poderá suspender, cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

9.14. O Pregoeiro anunciará o Licitante de melhor lance, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.15. O Licitante detentor do melhor lance deverá encaminhar, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do término da sessão de disputa ou de negociação, os originais da documentação, ou cópias devidamente autenticadas, bem como original da proposta, devidamente assinada pelo representante legal, no seguinte endereço:

PREFEITURA MUNICIPAL DE Lavras do Sul

Setor de Compras e Licitações

A/C Pregoeiro

Processo 83/2011 PE 18/2011

Rua Coronel Mesa 373 Centro CEP 97390-000

Lavras do Sul RS

9.17. Em sendo habilitado, o Licitante será considerado vencedor.

10- PRAZO E FORMA PARA A ENTREGA:

10.1 - Os itens ora licitados deverão ser entregues 05 (cinco) dias imediatamente após a solicitação da Secretaria requisitante, CONFORME A NECESSIDADE dos mesmos, para atendimento do PSE-PISO ALTA COMPLEXIDADE- ABRIGO

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados até o 5 ° dia do mês subsequente ao da apresentação da Nota Fiscal/ Fatura

11.2. A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, com depósito em conta devidamente identificada pelo fornecedor em sua proposta.

11.3. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues e atestados pelo Fiscal do Contrato, neste caso Dione Carvalho.

12 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

12.1 – Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato oriundo do presente Processo, pois o mesmo terá vigência somente durante o exercício fiscal de 2011.

12.2 – Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art.65,II “D”, da Lei 8.666/93 e alterações em vigor.

12.2.1 – Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

12.3 – O beneficiário do contrato poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

12.4 – Independentemente da solicitação de que trata o item 12.2, a Administração poderá, na vigência do contrato, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do contratado, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da sua publicação na imprensa oficial do Município.

12.5 – O preço alterado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

13 - DAS PENALIDADES

13.1 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

13.2 – A comunicação do cancelamento ou da suspensão do contrato, nos casos previstos no subitem 12.1.1 será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

13.3 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

13.4 – Se por culpa do fornecedor, quando do recebimento da ordem de fornecimento (empenho), houver atraso superior a dez dias úteis na entrega do(s) produto(s), garantida a defesa prévia, sofrerá ele as seguintes penalidades:

13.5.1 - Por atraso superior a 10 (dez) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

13.5.2 – Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15%(quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

13.5.3 – A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

13.5.4 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

13.5.5 A ocorrência das hipóteses previstas nos subitens 2.1.2 e 2.1.3 desta Cláusula, além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

13.5.6 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

13.5.7 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos no caso de inexecução total do contrato;

13.5.8 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Aplicam-se aos contratos decorrentes do presente processo o disposto no Capítulo III e aos participantes do procedimento ou contratados o disposto no Capítulo IV, ambos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no que couber.

15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão aquele que não se manifestar em até 02 (dois) dias úteis anteriores a data prevista para a abertura da sessão do Pregão, apontado as falhas e irregularidades que o viciaram.

15.2. Dos demais atos relacionados com o Pregão, ao final da sessão pública, qualquer Licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo a síntese de suas razões, em formulário eletrônico específico, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.3. A falta de manifestação, conforme acima especificado, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto ao vencedor.

15.4. Não serão aceitos como recursos às alegações que não se relacionem às razões indicadas pelo Licitante recorrente na sessão pública.

15.5. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Os autos deste Processo permanecerão franqueados aos interessados, junto ao Setor de Compras e Licitação na Prefeitura Municipal de Lavras do Sul-RS na Rua Coronel Mesa 373 Centro CEP 97390-000.

15.7. A apresentação de impugnação ou recurso, após o prazo estipulado no subitem anterior, receberá tratamento de mera informação.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital deverão ser dirigidas por escrito ao Pregoeiro, através do e-mail comlic@lavrasdosul.rs.gov.br com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para a abertura da sessão pública.

16.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas, encontrar-se-ão à disposição dos interessados no site: www.pregaoonlinebanrisul.com.br e/ou no site: www.lavrasdosul.rs.gov.br

16.3. Nenhuma indenização será devida ao Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta Licitação.

16.4. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

16.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento do Licitante, desde que, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que, não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.8. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.9. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal** da **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte** estas não serão inabilitadas, podendo participar do certame licitatório.

16.9.1. Antes da adjudicação do lote a vencedora, sendo ela **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte**, será verificada sua regularidade fiscal.

16.9.2. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal será aberto prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para apresentar a regularização da restrição. Este prazo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração.

16.9.3. A não regularização da documentação no prazo previsto do item 16.9.2 implicará em decadência ao direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para a adjudicação do objeto, assinatura do contrato (quando for o caso) ou revogar a licitação, os termos deste Edital.

16.11. O Município de LAVRAS DO SUL adjudicará o objeto desta Licitação a **um ou mais Proponentes**, reservando-se, entretanto, o direito de contratar parcialmente o objeto, sem que advenha disto, direito a qualquer reivindicação ou indenização.

16.12. A apresentação da proposta será a evidência de que o Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação, e que obteve da PMLS todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.

16.13. Fazem parte integrante deste edital o **Termo de Referência – Anexo I**, a **Declaração de Inidoneidade – Anexo II**, a **Declaração que não emprega menor – Anexo III** e a **Minuta de Contrato – Anexo IV**.

Lavras do Sul,.....de2011.

Pregoeiro

Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2011

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Início da Sessão de Disputa: 23/12/2011

Local: Município de LAVRAS DO SUL, na ferramenta eletrônica www.pregaoonlinebanrisul

1. **Objeto:** Para Aquisição dos itens necessários para atendimento do PSE-PISO ALTA COMPLEXIDADE- ABRIGO.
2. **Justificativa:** Garantir proteção integral à criança e adolescente que tiveram seus direitos básicos violados ou ameaçados. Buscando desenvolver ações que venham possibilitar condições favoráveis de retorno à família de origem ou substituta, garantindo à criança e ao adolescente abrigado o direito a ter uma vida digna, com saúde, educação, convivência comunitária, longe da violência, discriminação e maus tratos.
3. Aquisição dos itens necessários para atendimento do PSE-PISO ALTA COMPLEXIDADE- ABRIGO
4. **Prazo de Entrega:** Os gêneros deverão ser entregues em 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho solicitado pela secretaria competente, conforme sua necessidade.
5. **Local de entrega:** O local para entrega dos materiais - objeto da presente Licitação será no prédio sede do CBEM Rua João Ricardo de Souza, 250 onde serão conferidos pela responsável de fiscalização do contrato.

6. Fiscal do Processo e Futuros contratos: Dione Carvalho.

7. Dotação orçamentária:

0166 – 2.032 – 08.243.0204 – 3.3.90.30.00.00.00.0001

0167 – 2.032 – 08.243.0204 – 3.3.90.30.00.00.00.00.1032

8. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação da mesma.

Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro: será mantido o equilíbrio econômico-financeiro, sempre que a empresa contratada solicitar e comprovar a necessidade.

9. DO PAGAMENTO: O pagamento de cada compra será efetuado em até o 5º dia do mês subsequente ao do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

10. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

LOTE	UNID	QUANT	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNID	01	ALFOMADA PARA CARIMBO AZUL	8,20	R\$ 8,20
02	UNID	01	ALFOMADA PARA CARIMBO VERMELHA	8,20	R\$ 8,20
03	UNID	40	CADERNOS GRANDES, 10 MATÉRIAS, 200 FOLHAS	12,90	R\$ 516,00
04	UNID	100	CADERNOS PEQUENOS COM MOLAS, 48 FOLHAS	2,90	R\$ 290,00
05	UNID	03	CALCULADORA PORTÁTIL, DE BOA QUALIDADE, 08 DIGITOS, FUNÇÕES, MEMÓRIAS, PORCENTAGEM, QUATRO OPERAÇÕES, 02 PILHAS.	9,90	R\$ 29,70
06	CX	02	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, ESCRITA MÉDIA, COM 50 UNIDADES	28,90	R\$ 57,80
07	CX	02	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA, ESCRITA MÉDIA, COM 50 UNIDADES	28,90	R\$ 57,80
08	CX	02	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA, ESCRITA MÉDIA, COM 50 UNIDADES	30,00	R\$ 60,00
09	CONJ.	20	CANETA HIDROGRÁFICA, 06 CORES	2,99	R\$ 59,80
10	UNID	50	CD REGRAVÁVEL	1,20	R\$ 60,00
11	CX	10	CLIPS Nº 4	2,90	R\$ 29,00
12	CX	10	CLIPS Nº 8/0	3,80	R\$ 38,00
13	UNID	50	COLA BASTÃO	0,40	R\$ 20,00
14	UNID	15	CORRETIVO LIQUIDO	1,50	R\$ 22,50
15	UNID	50	DVD VIRGEM	2,40	R\$ 120,00
16	UNID	15	ESTILETE PARA CORTAR EVA	1,90	R\$ 28,50
17	UNID	05	EXTRATOR DE GRAMPOS	2,90	R\$ 14,50
18	UNID	10	FITA ADESIVA DUPLA-FACE LARGA	5,90	R\$ 29,50
19	UNID	10	FITA ADESIVA DUPLA-FACE ESTREITA	5,90	R\$ 29,50
20	UNID	20	FITA ADESIVA ESTREITA	1,90	R\$ 38,00
21	UNID	20	FITA ADESIVA LARGA	2,80	R\$ 56,00
22	CX	06	FOLHA DE OFICIO C/ 5.000 FOLHAS	115,00	R\$ 690,00
23	UNID	03	GRAMPEADOR MÉDIO P/GRAMPOS 26/6	12,50	R\$ 37,50
24	CX	03	GRAMPO 106/8 P/GRAMPEADOR DE MADEIRA	65,00	R\$ 195,00
25	UNID	05	LIVRO ATA C/50 FOLHAS.	12,90	R\$ 64,50
26	UNID	03	LIVRO PROTOCOLO, CORRESPONDÊNCIA ¼ COM 100 FOLHAS.	12,90	R\$ 38,70
27	UNID	10	MARCA TEXTO, CORES VARIADAS.	2,50	R\$ 25,00
28	MT	10	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE	4,90	R\$ 49,00
29	UNID	03	PERFURADOR DE PAPEL, TAMANHO PEQUENO.	14,90	R\$ 44,70
30	CX	03	PINCEL ATÔMICO (caixa com 06 unidades, nas cores AZUL, VERMELHO E PRETO).	22,40	R\$ 67,20

Processo 83/2011

PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2011

ANEXO II

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____,
através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF
_____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente).

DECLARA, para fins de direito, na qualidade de **PROPONENTE** da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL**, Processo Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2011**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO** em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

..... de de 2011.

*ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA*

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2011

ANEXO III

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____ **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2011**, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos, conforme o Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

..... de de 2011.

*ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA*

*(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada
ou com o original para que se proceda à autenticação)*

MINUTA DE CONTRATO Nº /2011 Para aquisição **Aquisição dos itens necessários para atendimento do PSE-PISO ALTA COMPLEXIDADE- ABRIGO**, que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL-RS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Meza, n.º 373, inscrito no CGC/MF sob n.º 88.201.298.0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Paulo Alcides Vidal de Souza, brasileiro, divorciado, médico veterinário, portador da Carteira de Identidade n.º 3006159812 - SSP/RS, CPF n.º 179 054 350-91, residente e domiciliado na Dr. Pires Porto 526, doravante denominado Simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º com sede à rua , n.º , centro, Lavras do Sul/RS, CEP 97.390-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista a homologação de licitação para aquisição de materiais permanentes e de consumo, conforme o EDITAL DE PROCESSO 83/2011 Pregão Eletrônico 18/2011, homologado em de de 2.011, de acordo com o Parecer n.º da Assessoria Jurídica do Município e de conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO.

Aquisição de : materiais de consumo diversos para **Aquisição dos itens necessários para atendimento do PSE-PISO ALTA COMPLEXIDADE- ABRIGO** 11, conforme especificação dos itens de n.º do PROCESSO 83/2011 – Pregão Eletrônico 18/2011.

- 1) Todos os materiais licitados deverão, além de estar perfeitamente de acordo com as especificações dadas, ser de 1ª qualidade, bem como, estar de acordo com as normas da L.F. n.º 8.666/93 e alterações posteriores, normas da ABNT, bem como Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR, PAGAMENTO E DAS GARANTIAS.

- 2.1. A CONTRATADA receberá o valor de R\$ (), pelos itens descritos acima, podendo, este valor, ser revisado, em caso de desequilíbrio econômico - financeiro, desde que devidamente justificado e comprovado.
- 2.2 O PAGAMENTO será efetuado mediante a apresentação das faturas correspondentes aos gêneros fornecidos, com o competente visto do setor responsável pelo recebimento dos mesmos.
- 2.3 A CONTRATADA, se obriga a prestar garantias contra todo e qualquer defeito nos gêneros em todos os itens do objeto deste contrato, pelo prazo de (01) um ano a contar da entrega do objeto.
- 2.4 A troca de gêneros que apresentarem vícios ou defeitos deverá ser prestada em até 24 h. da comunicação de problemas geradores das obrigações- objeto deste contrato à empresa, devendo, estes serviços serem prestados onde estipular a Administração Municipal.
- 2.5. A CONTRATADA se obriga a garantir que os gêneros cotados no referido Processo 83/2011, PE 18/2011 encontram-se dentro dos padrões usuais para comercialização;
- 2.6. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária existentes nas rubricas:

0166 – 2.032 – 08.243.0204 – 3.3.90.30.00.00.00.0001

0167 – 2.032 – 08.243.0204 – 3.3.90.30.00.00.00.00.1032

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA E DA GARANTIA

- 3.1 A entrega dos itens será realizada no local designado pelo setor responsável (Departamento de Assistência Social), com os materiais relacionados no pedido, que poderá ser via fax, e deve ser realizada até cinco dias.
- 3.2 A empresa ficará obrigada a prestar serviços de troca de gêneros que apresentarem vícios ou defeitos deverá ser prestada em até 24 h. da comunicação de problemas geradores das obrigações- objeto deste contrato à empresa, devendo, estes serviços serem prestados onde estipular a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

4.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa executar as obrigações decorrentes deste contrato, que lhe são afetas;
- b) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução das cláusulas do presente contrato, para que a mesma possa saná-la.

4.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento, dos materiais adquiridos pelo Processo 83/2011 conforme estipulado neste instrumento;
- b) Prestar a execução do contrato na forma ajustada;
- c) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes dos serviços de execução do presente contrato;
- d) Manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- f) Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato;
- g) Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;
- h) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução das cláusulas deste contrato;
- i) Reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os gêneros- objeto do presente contrato entregues nos quais se verificarem vícios, defeitos ou que não se enquadrem nos parâmetros de qualidade exigidos na Licitação da qual derivou-se este contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- 5.1. O presente contrato terá vigência de 01 (um) ano a contar da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: RESCISÃO CONTRATUAL:

Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o, prazo de cinco (05) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA OITAVA: TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresse consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste contrato.

CLÁUSULA NONA : TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA : CASOS OMISSOS

Os casos omissos, oriundos do presente contrato, serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE RESCISÃO CONTRATUAL.

Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a CONTRATANTE poderá , garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10 % (dez por cento) sobre o valor total deste contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Lavras do Sul/RS, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem ajustados, assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmada.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lavras do Sul, de de 2.011.

Paulo Alcides Vidal de Souza

Prefeito

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____